Na última parte da presente tese fazemos uma tentativa de aplicação da teoria de Henri Pirenne de correlação dos períodos da história social do capitalismo com a formação de novas elites dirigentes.

FURTADO, Celso. Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII. Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. SP: HUCITEC, 2001.

FEB I

Prof Nyrce Valente

II
OS FUNDAMENTOS SOCIAIS DA EXPANSÃO LUSITANA

Os contatos de cultura e a quase-inexistência de feudalismo

A colonização do Brasil deve, para bem ser compreendida, ser inicialmente apreciada através de um certo recuo no tempo. Somente assim poderemos enquadrá-la no movimento geral da expansão econômica portuguesa.

A monarquia lusitana, mais que qualquer outra casa reinante européia, se afirmou através de uma vitória da cidade sobre o campo — a burguesia sobre uma fraca aristocracia feudal. Em Portugal essa vitória foi, pode-se dizer, o sustentáculo mesmo da nacionalidade em formação. A presença dos mouros na península Ibérica imprimiu à evolução das instituições sociais nessa parte do continente um sentido peculiar. Já o historiador romântico Alexandre Herculano observava que Portugal praticamente não conhecera o feudalismo. O intercurso permanente, seja social, seja particularmente econômico, com o elemento mouro não permitiria a formação de um sistema econômico fechado, autárquico, que teria de ser o fundamento mesmo da ordem feudal. A presença simultânea de dois sistemas de cultura dentro da península durante os sete séculos da ocupação árabe criou condições sociais e econômicas totalmente

diversas daquelas que gerariam a ordem feudal no continente.

Referindo-se aos fundamentos sociais do feudalismo, Henri Pirenne afirma que

> à partir du VIIIè. siècle l'Europe occidentale vécut pendant trois-cents ans coupée de tout pays d'outre-mer. Il devait en resulter un arrêt presque total du commerce; et [...] une disparition presque complète de l'activité industrielle et de la circulation monétaire.[1*]

Esse isolamento cultural teria sido a causa mais profunda das transformações sociais que levariam à constituição das instituições feudais. O desaparecimento do comércio traria naturalmente o quase aniquilamento das cidades; por sua vez, o desaparecimento das aglomerações urbanas repercutiria profundamente na economia rural. Desaparecidos os mercados urbanos, os campos teriam de voltar-se para si mesmos.

> La division du travail social qui, dans toutes les sociétés avancées, met les villes et les campagnes en rapport de production et de consommation réciproques venant à cesser, il se fit que la population agricole ne produisit plus désormais que pour ses propres besoins.[2]

Tanto a causa social geral — o desaparecimento de contatos entre povos e culturas — quanto a causa econômica particular — a suspensão do comércio — que estão nos fundamentos da ordem feudal não representam na península

[1] Henri Pirenne. *Histoire de l'Europe*. 2.ª edição, 1936, p. 60.

[2] Ibidem, p. 61.

* Esta e todas as citações do corpo e das notas de rodapé estão traduzidas no Anexo — p. 171 a 184 (N.E.)

Ibérica o papel que desempenharam em outras regiões do continente.

A burguesia nascente e o espírito de independência nacional

Outro elemento importante a considerar, na formação histórica de Portugal, é o fato de a burguesia nascente se ter identificado desde cedo com o espírito de independência *vis-à-vis* de Castela. Não tendo embora tradições feudais, era natural que se fundasse em Portugal um sistema econômico à base do grande latifúndio, uma vez que as terras reconquistadas dos "infiéis" eram outorgadas àqueles que dirigiam os grupos armados. E, de fato, assim ocorreu. A poderosos cavalheiros, cruzados, elementos vindos de toda a Europa para levar avante a guerra santa contra os mouros, eram entregues as terras do condado portucalense, recém-recuperadas. Esses elementos que se fixariam à terra, donos de grandes *latifundia*, representariam o Portugal medieval, ligado a Castela na luta comum contra o invasor africano. Seria uma força conservadora contra a qual lutarão os separatistas, aqueles que desejam um Portugal independente.

As origens da burguesia lusitana remontam à Idade Média. Os portos da costa portuguesa, com o seu natural cosmopolitismo, constituíram o ponto de partida dessa classe. Portugal como realidade histórica é nada mais que o resultado da luta desses portos contra o domínio de Castela. É ao elemento "não hispânico", diz o historiador António Sérgio, que se deve a independência da parte oriental da península.[3] Isto é, aos habitantes dos portos, aos comerciantes e traficantes, aos estrangeiros e seus aderentes.

[3] António Sérgio. *A Sketch of the History of Portugal*. Tradução portuguesa de Constantino José dos Santos, Lisboa, 1928.

João Lúcio de Azevedo observa que as relações comerciais de Portugal com Flandres se iniciaram no século XII, e com a Inglaterra, nos primeiros anos do século seguinte. O comércio com os portos do Levante data igualmente de época muito recuada. A importância desse comércio pode ser medida pelo volume das embarcações empregadas; sabido é que os portugueses, já no século XII, construíam embarcações de mais de cem toneladas. E em 1239 os burgueses do Porto se eximiam do serviço militar na campanha de Algarve "contribuindo para ela com dinheiro".[4]

É nessa contradição interna — que se impõe à análise, mesmo superficial, dos primeiros séculos da história portuguesa — que deveremos buscar a chave para o problema da grande expansão marítima e ainda para o problema do tipo de colonização efetuada por Portugal na América. A contradição entre a cidade mercantil e o campo feudal é característica dos fins da Idade Média em todo o continente europeu. É nesse sentido que se tem apreciado a importância do elemento "estrangeiro" no processo dissociativo da sociedade feudal:

> [...] dans cette société agricole, où les capitaux dorment, un groupe d'out-laws, de vagabonds, de miséreux a fourni les premiers artisans de la fortune nouvelle, détachée du sol. Ayant gagné, ils veulent gagner plus. L'esprit du profit n'existe pas dans la société établie.[5]

Peculiaridade da formação histórica portuguesa

Naquelas regiões do continente europeu onde o feudalismo descreveu uma curva normal de desenvolvimento, as

[4] João Lúcio de Azevedo. "Organização econômica". In *História de Portugal*, Lisboa, 1931.

[5] Henri Pirenne, op. cit., p. 154.

novas classes mercantis se desenvolveram, nos primeiros séculos, como que fora dos quadros da sociedade constituída. É um novo sistema cultural que se impõe à ordem jurídica e moral da velha sociedade, como um dissolvente destrutivo. Nas palavras de um historiador inglês:

> the great roads [...] are the arteries along which flows money, the most destructive solvent of seignorial power.[6]

O restabelecimento das várias formas de contato social resultante da intensificação do comércio — particularmente após as Cruzadas — teria necessariamente de subverter a ordem feudal. Tomadas embora em consideração as críticas feitas, particularmente na Alemanha, à teoria dos fundamentos autárquicos da sociedade feudal — veja-se particularmente a obra de Alfons Dopsch[7] — pode-se hoje, com alguma segurança, afirmar que, do ponto de vista sociológico, o feudalismo está ligado a um acentuado processo de isolamento cultural e que, no campo econômico, esse isolamento se traduz sempre em uma atrofia da circulação da riqueza. Pode-se, assim, facilmente compreender a importância revolucionária que teve para a sociedade feudal a eclosão do comércio.

Um sistema de cultura não desaparece, entretanto, sem oferecer uma grande resistência. E com essa resistência ele se impõe, através de muitos de seus valores, ao novo sistema. No caso do feudalismo — refiro-me ao sistema de cultura e não aos seus fundamentos materiais apenas — essa resistência foi particularmente grande, devido ao fato de que a revolução comercial se produziu completamente fora dos

[6] W. H. R. Curtler. *The Enclosure and Redistribution of our Land*, p. 41.

[7] Alfons Dopsch. *Wirtschaftlich und Soziale Grundlagen der Europäischen Kulturenwicklung aus der Zeit von Caesar bis auf Karl den Grossen*, 1919-20.

quadros da sociedade constituída. Durante muito tempo, a sociedade feudal ignorou ou desprezou esse novo mundo que se desenvolvia a seu lado: os mercadores, suas cidades, sua ordem jurídica. E foram necessários muitos séculos para que se fizesse a completa assimilação dos dois sistemas um no outro.

Em Portugal o problema se apresenta de maneira diversa. Desde logo, o feudalismo não chegou a tomar formas definitivas. Não houve aquele isolamento cultural a que antes nos referimos. Pelo contrário, a península representou um dos poucos pontos de ligação com o mundo muçulmano durante toda a Idade Média. À necessidade de combater os maometanos Pirenne atribui mesmo um papel importante no processo de transformação da ordem feudal de todo o continente.[8] Há ainda a considerar, no campo social, a permanência nas terras libertadas pelos cristãos de uma população, livre ou escrava, de elementos mestiços de mouro, com grande experiência nas atividades artesanais e mercantis. Esses elementos procurariam naturalmente se fixar nas cidades e constituir núcleos de vida independentes dos domínios senhoriais.

A luta que desde cedo se estabeleceu entre os elementos territoriais e os elementos marítimos — sejam os senhores latifundiários, sejam os mercadores e habitantes dos portos — não deve entretanto ser confundida com o conflito entre a sociedade feudal e a nova sociedade mercantil que se produziu no continente. Em Portugal, os dois grupos antagônicos estavam muito mais próximos culturalmente do que na França ou na Inglaterra. Os senhores territoriais representavam uma classe de adventícios e novos ricos, formada pela Reconquista. De nenhuma maneira poderia oferecer a resistência que a classe feudal européia iria opor às novas formas de

[8] Henri Pirenne, op. cit., p. 149.

vida e aos novos valores criados pela burguesia. Por outro lado, a herança comum dos valores culturais mouriscos constituiria um traço-de-união entre o elemento do campo e o habitante da cidade.

Precocidade da revolução burguesa em Portugal

Nenhum elemento, entretanto, é tão importante na formação histórica de Portugal quanto a identificação da cidade, da população marítima, com o espírito de independência nacional. E será por esse caminho que a burguesia conseguirá cedo a predominância completa no país.

> A revolução burguesa que leva ao trono o Mestre de Avis é um marco a assinalar a passagem da classe que empresará os descobrimentos, de influente para mentora da política portuguesa.[9]

A história portuguesa apresenta assim essa peculiaridade da ascensão completa e definitiva da burguesia em pleno século XIII. Sob esse aspecto, Portugal está dentro do mesmo quadro histórico das repúblicas italianas. A revolução política que leva à constituição do Estado nacional português é a mesma revolução econômico-social que implantará a supremacia definitiva da classe burguesa, isto é, dos núcleos urbanos.

Em Portugal não se processou a lenta assimilação da classe burguesa na estrutura política herdada da Idade Média. A necessidade de combater todos os elementos tendentes ao restabelecimento da ligação com Castela — os senhores da terra — consolidou a força e o prestígio da classe dissidente,

[9] Nelson Werneck Sodré. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, 1944, p. 43.

cujo espírito iria marcar fundamentalmente a história portuguesa nos séculos seguintes.

O Estado português — e é nisto que ele se aproxima das repúblicas mercantis italianas — foi desde o início dirigido por uma classe social sem ligações com um passado feudal. Uma classe social marcada pelo espírito de ganho, individualista no sentido burguês, cuja escala de valores se pautava nas disponibilidades materiais de cada um, e não nos privilégios de sangue. Já se observou que as Ordenações Afonsinas — primeiro código completo elaborado na Europa ocidental — conservaram a tendência do direito costumeiro português para conceder igualdade de direitos a mouros e judeus, eliminando assim toda discriminação social.

Os privilégios de sangue se desenvolvem de preferência nas comunidades culturalmente isoladas, ou dotadas de reduzida mobilidade social. Em outras palavras, nas comunidades onde a aquisição do poder econômico é dificultada pela limitação dos bens. É o caso, por exemplo, das comunidades estritamente agrícolas, onde por razões óbvias se forma facilmente um monopólio de classe dos meios de produção.

A classe ascendente em Portugal trazia consigo uma grande experiência de mobilidade social — seja a mobilidade no sentido horizontal, pelo deslocamento de indivíduos de formações culturais diversas, tais os árabes e os judeus, seja a mobilidade no sentido vertical, pela ascensão de novos-ricos através das atividades mercantis. E essa experiência se enriquecerá ainda com a assimilação nos quadros da burguesia dos elementos mais representativos das antigas classes senhoriais. Traço característico e sintomático no sentido da evolução social portuguesa é o fato de ter a burguesia, já nessa fase, representado o papel de pólo de atração no processo de mobilidade social. No continente, o elemento burguês enriquecido procurava introduzir-se nos quadros da

velha sociedade, casando com filha de nobre empobrecido. O prestígio do velho sistema cultural determinava o sentido da mobilidade social. Concorria, ademais, para isso o fato de as velhas classes terem permanecido de posse do aparelho estatal, com a continuidade das instituições monárquicas. Em Portugal, como acima observamos, o Estado foi, pode-se dizer, uma criação da classe burguesa separatista, que o instituiu definitivamente em Aljubarrota para contrapô-lo ao poder de Castela. Dessa forma, a burguesia passou a representar o ponto de atração na escala da mobilidade social.

É interessante observar como já nos primitivos tempos de Portugal os privilégios de nome e de linhagem praticamente haviam desaparecido. Já o *Livro Velho* das linhagens portuguesas revelava que "cá muitos vêm de bom linhagem e non o sabem elles. . . ".[10] A nobreza de sangue, sem a estabilidade de muitos séculos de feudalismo, perdeu progressivamente suas características sociais, como o demonstra, em plena Idade Média, D. Dinis, que acusa seus componentes de exercerem ofícios de artesanato e de trabalharem a terra como rendeiros. O historiador Alberto Sampaio afirma explicitamente que a nobreza portuguesa nunca conseguiu formar uma aristocracia fechada.[11] Compreende-se, de resto, que essa nobreza se tenha facilmente deixado atrair pelas facilidades trazidas com a intensificação das atividades comerciais, e pouco a pouco se haja incorporado à sua antiga rival para a grande aventura da expansão marítima.

A precoce ascensão da burguesia portuguesa e a acentuada mobilidade social que vimos de assinalar contribuíram para o desenvolvimento do elemento israelita e seu crescente prestígio no período de formação do Reino peninsular. Esse

[10] Alberto Sampaio. *Estudos históricos e econômicos*. Porto: Livraria Chardron, 1923.

[11] Ibidem.

prestígio tem sido assinalado por muitos historiadores e sociólogos, e se refletiu, como já indicamos, no próprio direito consuetudinário da época e na sua primeira compilação, as Ordenações Afonsinas. Como elemento urbano, os judeus desempenhariam um importante papel ao lado da burguesia nativa na formação do Reino e na luta contra o núcleo territorial. A monarquia encontraria neles um de seus sustentáculos e a política de expansão se apoiaria solidamente em suas economias. É sabido que a marinha mercante lusa se desenvolveu em parte à base de contribuições dos judeus, que estavam obrigados a um imposto especial por navio construído e lançado ao mar. O prestígio dos judeus iria diminuir quando surgissem as primeiras dissensões dentro da burguesia dominante. Já o código manuelino refletia esse declínio.

Assimilação das duas classes — burguesa e territorial — no espírito expansionista

Todo o sentido da história portuguesa nos começos da Idade Moderna está profundamente marcado por esses fatos fundamentais: a ascensão precoce de uma burguesia comercial cosmopolita e voltada para o mar; a absorção mais ou menos rápida da classe territorial pela burguesia e sua incorporação ao aparelho do Estado comercial. Elementos como o infante D. Henrique — o fundador da Escola de Sagres, para formação de navegantes e desenvolvimento da ciência da navegação — representarão a fusão definitiva das duas classes no espírito de expansão e conquista do Estado português. A monarquia encarnará esse espírito — misto de comercialismo e de desejo de conquista — e dirigirá todo o Reino na grande aventura da expansão marítima.

Em Portugal, essa volta completa dos interesses do Estado para as atividades mercantis teve como conseqüência a ruína da agricultura, com o rebaixamento do padrão de alimentação do povo. As terras foram progressivamente abandonadas e já no século XVI o país dependerá agudamente de importações para alimentar sua exígua população. Até que ponto essa perversão da ordem econômica portuguesa resultou do comercialismo ou do imperialismo comercial que se lhe seguiu, não seria fácil precisar. Sabe-se que os primórdios do comércio português foram constituídos pela exportação de gêneros alimentícios e que só posteriormente esses gêneros escassearam. Destarte, tudo indica que, mais do que o próprio comércio que atraíra para a cidade os bons elementos do campo, teria concorrido para a crise das atividades agrárias a forma que tomou o comércio exterior, ou seja, a expansão imperialista. Ocorreu com Portugal fenômeno semelhante ao que ocorreria depois com a Grã-Bretanha, onde as atividades agrícolas seriam completamente sacrificadas à criação de gado lanígero.

A riqueza fácil trazida pelo comércio imperialista transformaria profundamente o sistema econômico do país, que passaria a se concentrar nas cidades e a se povoar de escravos. E essa transformação determinaria toda a evolução subseqüente do Reino, reduzido a apêndice de um comércio de exploração das colônias. A vitalidade momentânea do país foi, destarte, uma resultante da exuberância do comércio expansionista. Enquanto subiu a maré desse comércio, o Reino floresceu. A estagnação e a decadência comerciais seriam igualmente decadência e estagnação de Portugal.

O que nos interessa frisar é que as expansões marítimas portuguesas, bem como a colonização que delas resultou, são fenômenos diretamente ligados à ascensão da classe comercial no pequeno reino ibérico, ascensão essa ocorrida precocemente por motivos sociais e econômicos mencionados. Na época das expedições, Portugal se transformara num Estado nacional mercantil, dirigido por uma monarquia completamente impregnada do espírito da classe comercial que a cons-

tituíra. Não foi sem razão que um poeta da época reduziu o rei de Portugal a comerciante de pimenta:

> Se porém algum dia, ao rei dos nomes
> A guerra ou o mar em fúria s'inflamando
> Lhe fecharem a tenda da pimenta,
> Bem pode alimentar-se dessa fama
> Mercadejadas em terras d'além-mar!...
> Fará pesadas dívidas.
> Ou morrerá de fome.[12]

Referi-me antes à importância que teve a rápida assimilação da antiga nobreza e sua impregnação do espírito da burguesia na constituição de um Estado inteiramente voltado para as atividades mercantis. Esse Estado avocaria a si a direção dos negócios marítimos, promoveria, até mesmo através de impostos, uma ampla acumulação de capitais e tomaria a frente das empresas expansionistas:

> A empresa das navegações e tráfego já não será quase tão-somente particular. As frotas são mistas. Nelas encontram lugar os navios de particulares. Mas a sua maioria será do rei, de seus fidalgos — transformados em mercadores.[13]

O processo de identificação da monarquia portuguesa com a classe comercial dominante atinge seu clímax no período das grandes expedições marítimas, que é igualmente o período áureo da história portuguesa. Todas as energias do país são orientadas e dirigidas no sentido dos interesses da classe expansionista.

[12] George Buchanan, poeta inglês do século XVI, citado por Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

[13] Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 48.

Enquanto nos países do continente a burguesia agia desordenadamente e lutava ainda contra o prestígio de uma nobreza que se apoderara do aparelho estatal, em Portugal a classe comercial tem os seus esforços expansionistas coordenados por um governo que se identificara completamente com ela, e recebia a adesão do grosso dos senhores territoriais que se disputavam os rendosos postos do aparelho expansionista do Estado. Era nobre D. Henrique, que se tornaria o símbolo mesmo da política expansionista portuguesa. Enquanto nos países do continente os interesses de duas classes se desenvolviam antagônicos, servindo de exploração ao jogo dos reis que se afirmavam como poder absoluto, em Portugal cedo se desenvolveu um espírito de colaboração entre as duas classes dominantes, colaboração essa que deu lugar à formação de uma política nacional que seria coerentemente seguida levando o Reino ao fastígio de seu poder e riqueza na época em que as outras monarquias européias lutavam pela consolidação de suas fronteiras nacionais.

A primeira expedição: a conquista de Ceuta

O primeiro ato do expansionismo lusitano foi a conquista do grande empório comercial mediterrâneo que era a cidade de Ceuta, nos primeiros anos do século XV. O sucesso dessa empresa, abrindo as portas da riqueza ao comércio português, como que engajou o pequeno reino na estrada da grande aventura.

O episódio da conquista militar de Ceuta tem sido amplamente discutido. As explicações dos historiadores românticos, que ligavam o episódio a um impulso idealista, emanação do "espírito céltico-português", vêm sendo gradativamente abandonadas. O que antes era "episódio" e "português" já se interpreta hoje como fenômeno ligado a interesses bem mais gerais e profundos. O historiador Jaime

Cortesão relaciona o fato com a crescente atividade dos piratas do norte da África, que chegara quase a impossibilitar o comércio dos produtos orientais. Cortesão lembra o depoimento de Froissart, segundo o qual os artigos do comércio oriental haviam escasseado no mercado de Flandres, chegando uns a faltar de todo, tendo ocorrido uma enorme alta nos preços. Diz o historiador:

> Este facto estabelece com vivíssima luz a importância estratégica que para os povos do Ocidente o estreito de Gibraltar assumia em relação ao comércio do Oriente, e quanto a burguesia comercial européia, interessada nesse tráfico, desejaria que sobre Ceuta (então principal cidade do Estreito) se levasse a cabo com êxito uma acção com objetivos semelhantes aos de Elmeradia.[14]

A operação surge, assim, sob novas luzes, como a solução de um problema que angustiava a classe mais progressista e financeiramente mais poderosa de toda a Europa. Essas observações parecem tão mais concludentes quanto o cronista da expedição de Ceuta, Zurara, cujas palavras são a primeira fonte para o estudo da matéria, afirma:

> Pois do proveito que a terra recebeu o levante e o poente são bem clara testemunha, quando os seus moradores podem comerciar suas cousas, sem grande perigo de suas fazendas: cá por certo não se pode negar que a cidade não seja a chave de todo o mar Mediterrâneo.

António Sérgio observara já que fora do ministro das Finanças do Reino, João Afonso, a idéia da conquista da importante cidade comercial. Quanto ao financiamento da expedição, a crônica de Zurara indica claramente que ele coube à burguesia comercial lisboeta. O cronista transcreve o diálogo em que os príncipes, irmãos do rei, procuraram convencê-lo de empreender a expedição. O monarca fez objeções relativas a dificuldades financeiras, e os príncipes respondem que o dinheiro poderá ser arranjado com os mercadores do Reino. António Sérgio observa a esse respeito:

> Ora, a segurança com que os príncipes responderam à objeção, prometendo os navios do comércio; a facilidade, depois, com que se "apanha" prata e cobre, fora do país e dentro dele, e com que se trata com os mercadores; a rapidez com que tudo se faz mal o monarca diz que "sim" a qualquer idéia que se lhe propõe — levam a supor que atrás dos príncipes haveria uma força que impelia tudo, sugerindo, preparando, facilitando as operações.[15]

O primeiro ato expansionista português surge, assim, como uma operação diretamente ligada aos interesses da poderosa burguesia comercial lusitana. Esta, por seu turno, tomava uma iniciativa de interesse para o comércio de toda a Europa ocidental. Um dos participantes da operação, o infante D. Henrique, seria a cabeça dirigente das expedições que se sucederam como uma utilização a fundo da vitória obtida em Ceuta.

Comercialismo, imperialismo, monopólio

A colonização da América tropical obedece, como veremos adiante, a esse mesmo espírito que marcou a independência portuguesa e levou às empresas expansionistas. Os

[14] Jaime Cortesão. "A tomada e ocupação de Ceuta". *Boletim da Agência Geral das Colônias*, n.º 5, nov. 1925, p. 9-30.

[15] António Sérgio. *Ensaios*, t. IV, p. 242.

males da colonização e da decadência portuguesa que se processará implacavelmente desde inícios do século XVI serão igualmente resultantes de contradições inerentes ao sistema que levaria à grandeza de Portugal. Essas contradições resultavam, em primeiro lugar, do extremo comercialismo a que se entregara o Reino, comercialismo esse que destruiu a agricultura nacional e sujeitou a população urbana a um regime de fomes periódicas e à precariedade de importações de alimentos. O comercialismo reduzirá igualmente Portugal à situação de intermediário na circulação da riqueza. O país não terá nenhuma possibilidade de desenvolver indústrias próprias, assim como não pôde manter agricultura própria. Todas as energias são desviadas para o comércio, que tornará o Reino a um tempo rico e economicamente vulnerável. Dependendo demasiadamente do comércio exterior — comércio em que aparecia como simples intermediário —, Portugal não poderá resistir a uma diminuição brusca no seu volume.

A segunda fonte de contradições do sistema econômico português era a feição imperialista de sua expansão comercial. Como observa Oliveira Martins, o comércio português nas Índias Orientais foi quase estritamente expropriador: um comércio feito com navios de guerra e sob a pressão de canhões.

O monopólio, ou quase-monopólio exercido pelo rei no comércio das Índias era o terceiro traço de debilidade da economia lusitana. À proporção que Portugal passou a depender grandemente do comércio de além-mar, a classe burguesa começou a ser asfixiada pelo regime de monopólio de fato imposto pelos reis.

O monopólio foi, na economia portuguesa dessa época, uma conseqüência inelutável das condições em que era feito o comércio. A necessidade de inversão de grandes capitais na construção de navios suficientemente amplos para tentar

as grandes travessias, o risco de desaparecimento de naus inteiras — na segunda expedição às Índias desapareceram quatro naus —, a necessidade de proteção militar do comércio e de instalação de feitorias militares permanentes, tudo isso implicava uma ampla concentração e levaria forçosamente ao monopólio. No caso português, pode-se mesmo afirmar que, sem a iniciativa monopolizadora dos reis, não se teriam realizado as grandes expedições. O monopólio não foi, destarte, uma conseqüência, mas a condição mesma para a grande expansão do comércio. Entretanto, qualquer que tenha sido a origem do monopólio, suas contradições logo se fizeram sentir: "Dele se originam competições novas, entravamentos decisivos e, finalmente, um antagonismo perigoso entre o rei e os mercadores particulares", diz Werneck Sodré.[16]

Não nos parece justo afirmar, como o autor acima citado, que a transformação da "atividade livre em atividade monopolizadora" arruinou, no seu desenvolvimento, a grandeza conseguida.[17] Essa grandeza jamais teria sido alcançada sem a atividade monopolizadora dos reis. O monopólio, se resultou da iniciativa dos reis, foi por outro lado o motor que conduziu o comércio português à sua maior grandeza. Isto não impediria, entretanto, que as contradições criadas pelo regime monopolista viessem a precipitar a decomposição do sistema econômico português. Assim é que as rivalidades, não se podendo resolver no plano estritamente comercial, foram freqüentemente transferidas para outro terreno. Como nota o supracitado autor, do sistema monopolista

> se originará o princípio de, para ser proprietário, para receber terras, nas conquistas ultramarinas, ser necessário a

[16] Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 48.

[17] Ibidem.

condição de cristão — transição da rivalidade econômica ao plano da raça e da fé.[18]

A luta contra o elemento judeu, a cuja importância na formação do Reino já nos referimos, é um sintoma da agravação das contradições do sistema econômico português. São os primeiros sinais da decrepitude. Atingido o clímax da fase expansionista, Portugal, que impunha preços de monopólio aos seus compradores do continente europeu, precisará se defender das divergências internas e da possibilidade de competição externa. As divergências e dificuldades internas serão logo afogadas na repressão dos elementos mais ativos da classe mercantil: os judeus. As acusações feitas a esses elementos de especularem com os gêneros alimentícios, particularmente o peixe seco, refletem as dificuldades de abastecimento em que se debatia o Reino. Essas dificuldades, como já observamos, estavam diretamente ligadas ao afogamento da agricultura nacional pelo excesso de comercialismo. A transferência da responsabilidade para os judeus era uma solução de desespero perfeitamente explicável nessas contingências.

A inexistência de concorrência externa, Portugal conseguiu mantê-la durante a primeira metade do século XVI. Alcácer-Quibir marcaria a ligação do destino do império português ao da Espanha. A derrota da Invencível Armada em 1588, com a conseqüente independência da Holanda, marcaria o fim do monopólio português nas Índias. As naus flamengas, que antes iam a Lisboa em busca dos produtos do comércio português no Oriente, encontrando esse porto fechado em breve estarão dando a volta no continente africano. A Cidade do Cabo e várias outras feitorias portuguesas receberão a visita dos navios de guerra holandeses. Era a

[18] Ibidem.

guerra comercial, que poria fim ao monopólio português. Assim vulnerado pela base, o sistema econômico lusitano viria a desabar.

A exploração do Brasil — é o que procuraremos demonstrar subseqüentemente — foi uma empresa concebida nos mesmos termos do Império das Índias: como um simples empreendimento comercial. As necessidades da colonização mudarão, entretanto, a fisionomia externa da nova empresa. Essa mudança, porém, afetará apenas a roupagem exterior. O sentido de empresa comercial dirigida pelo Estado se conservará bem marcado. Esse sentido, que será o da evolução econômica da Colônia, presidirá a formação da sociedade brasileira.

A análise da economia colonial é tão importante para a compreensão da atual sociedade brasileira quanto a da formação histórica de Portugal para compreender-se a razão de ser das grandes expedições e o sentido que tomou a empresa de colonização.

APÊNDICE

Revisão de algumas idéias gerais relativas à história da expansão portuguesa

Essa exposição geral dos antecedentes da expansão lusitana, queremo-la completar com algumas observações em torno de certas idéias que ainda circulam na Europa e são reproduzidas em obras dedicadas a este assunto. São idéias gerais, um tanto simplistas, que não resistem ao rigor de uma análise histórica ou sociológica mais detida, e que tiveram sua origem em obras literárias. Sua persistência só se explica pela pouca vulgarização que têm tido os trabalhos dos modernos historiadores e sociólogos de língua portuguesa nos centros culturais europeus. O fato de que essas idéias ainda sejam reproduzidas em obras de real valor justifica a atenção que aqui lhes dedicamos.

Observações sobre o livro *La conquête portugaise*

O professor René Gonnard, em interessante trabalho recém-publicado — *La conquête portugaise, découvreurs et économistes* —, faz, ao lado de uma magnífica análise da obra dos mercantilistas lusitanos, uma exposição sobre

> les principales circonstances qui expliquent la primauté chronologique [. . .] du Portugal dans l'histoire de la découverte du globe.[19]

O conhecido historiador das doutrinas econômicas analisa separadamente os fatores geográficos, históricos e psicológicos da expansão lusitana.

FATORES GEOGRÁFICOS. A idéia de que

> le Portugal, par sa situation même devrait presque nécessairement obéir à l'appel de l'Océan, subir l'attrait d'une grande vocation maritime[20]

é divulgada por muitos historiadores portugueses — a de que o Reino, não se podendo expandir para o continente, teria necessariamente de voltar-se para o mar.

> Coincé, du côté de la terre, par un Etat plus puissant, la Castille, ce n'est que du côté de la mer qu'il pouvait chercher la grandeur que son exiguité territoriale semblait lui refuser.[21]

Admitir que Portugal tinha uma vocação marítima é admitir aprioristicamente que o Reino tinha necessidade de expandir-se. Portanto, não se trataria de uma vocação marítima, e sim de uma vocação expansionista. A presença do mar poderia explicar, quando muito, o comércio marítimo, mas não a expansão comercial. Como bem observa Fidelino de

---

[19] René Gonnard. *La conquête portugaise, découvreurs et économistes*. Paris, 1947.

[20] Ibidem, p. 24.

[21] Ibidem.

Figueiredo, um dos mais agudos observadores da história portuguesa, "há povos marítimos durante séculos desinteressados do mar, como a Inglaterra e a França". Por outro lado, não foi o mar que levou Portugal a separar-se da Espanha, pois também há continentalidade no território português, acrescenta aquele historiador.[22] Gilberto Freyre é igualmente de opinião que não se pode, hoje, "acreditar na peculiaridade geográfica [...] de Portugal em relação ao conjunto peninsular".[23] Essa peculiaridade geográfica teria sido, de início, causa do separatismo português, e depois uma das razões do expansionismo lusitano. Quanto ao primeiro ponto, afirma Gilberto Freyre que

> foram as igualdades e não as diferenças econômicas que separaram Portugal e Espanha. Pode-se, ao contrário, salientar que Portugal quebrou a solidariedade peninsular, fazendo da agricultura, e não do comércio marítimo, sua base principal de autonomia política.[24]

Se essa ausência de interdependência levou à constituição do ducado portucalense em Reino independente na era da Reconquista, ela não seria, entretanto, suficiente para conservar essa independência na fase posterior da expansão de Castela. Nessa fase difícil da história lusitana é que a classe comercial toma a direção do país, através da vitória do Mestre de Avis. Essa vitória foi a do espírito comercial e expansionista. E dela resultará um aproveitamento extremado da posição marítima do país.

[22] Fidelino de Figueiredo. "Parenthesis anti-geographico". Terceiro ensaio de *Crítica do exílio*. Lisboa: Livraria Clássica, 1930, p. 39-74.

[23] Gilberto Freyre, op. cit., vol. I, p. 424.

[24] Ibidem, p. 423.

FATORES HISTÓRICOS. É esta outra idéia grata aos historiadores portugueses de épocas passadas, e que ainda hoje encontra espaço em manuais e compêndios:

> La vocation portugaise aux XV è. et XVI è. siècles se manifestent encore comme une conséquence de cette interminable et dure reconquête [...]. La reconquête achevée, l'élan pris par les chrétiens vainqueurs allait les porter, à leur tour, sur le rivage africain [...]. Et c'est en grande partie la lutte poursuivie contre les Maures qui explique les premières tentatives de reconnaissance, d'exploration, puis de colonisation [...].[25]

Assim, a expansão dos povos da península teria sido um simples prolongamento da guerra de reconquista. Como esta foi em grande parte uma luta religiosa, a expansão teria sua razão de ser no desejo de proselitismo que se cristalizara entre os ibéricos. Tal explicação, tão de acordo com a maneira de ver de muitos dos antigos cronistas portugueses, merece ser submetida a uma análise mais atenta.

A Reconquista participou grandemente do espírito das Cruzadas. A ação militar contra os muçulmanos foi, em grande parte, levada a efeito sob a iniciativa e a direção de cavaleiros vindos de toda a Europa. Os ideais religiosos aí estiveram mesclados com o desejo de posse da terra e de apresamento de rico butim constituído pelos escravos e as cidades árabes. As origens mesmas de Portugal são bem ilustrativas da presença desses elementos estrangeiros na guerra de reconquista. Foi um príncipe francês, Henri de Bourgogne, que, pelos seus feitos contra os mouros, mereceu do rei de Espanha Afonso VI, no fim do século XI, o ducado que viria pouco depois a constituir o Reino de Portugal. Ao

[25] René Gonnard, op. cit., p. 25.

lado dos cavaleiros vindos do continente, salientaram-se na Reconquista algumas ordens religiosas, particularmente os Templários. Esses elementos de origem vária que se atribuíam as terras reconquistadas viriam a constituir a classe senhorial na península Ibérica.

O papel desempenhado na Reconquista pelo grosso da população é totalmente distinto. Já Alexandre Herculano observou a importância da fusão dos elementos muçulmanos e cristãos que deu origem à sociedade moçárabe.[26] Essa sociedade, herdeira de muitos elementos da cultura moura, constituída de artesãos, de comerciantes e agricultores, seria o núcleo da burguesia portuguesa. Esses elementos moçárabes,

> pela sua superioridade técnica, impuseram-se à ascendência na escala social e econômica. Ascendência favorecida pelo precoce desenvolvimento da burguesia em Portugal e conseqüentemente êxodo dos trabalhadores do campo para as cidades. Dentro desse desenvolvimento valorizaram-se extraordinariamente as artes industriais e os ofícios de utilidade antes urbana do que rural. Artes e ofícios dominados pela inteligência dos mouros.[27]

Na formação histórica de Portugal, o papel decisivo terá cabido antes a essa classe urbana, profundamente impregnada, tanto cultural como etnicamente, do elemento mouro do que aos adventícios vindos do continente e que constituiriam a classe senhorial. O espírito da Reconquista foi encarnado, é verdade, por esses elementos — cavaleiros e frades templários — que se tornariam senhores da terra. Entretanto, já a legislação de D. Fernando, de 1375, denuncia a decomposição dessa classe e a atenção que sobre os campos exerciam os centros urbanos, sede da burguesia.

Ligar a expansão marítima diretamente ao espírito da Reconquista é subtrair-se à evidência desses fatos. Seria fácil afirmar que a classe senhorial, portadora do elã guerreiro, não teve influência na formação do espírito expansionista português. Essa influência, entretanto, foi indireta. Aliando-se à burguesia dominante, os antigos senhores territoriais fecundaram-na com o seu idealismo de classe de conquistadores. O elã da luta religiosa será posto a serviço da expansão comercial.

FATORES PSICOLÓGICOS. O professor Gonnard acredita que a luta pela Reconquista tenha forjado um certo espírito que esteve na raiz de todos os eventos posteriores.

> La lutte archiséculaire avait forgé, pour la population portugaise, comme pour celles des autres royaumes chrétiens de la péninsule, celle notamment du royaume voisin et rival de Castille — tantôt allié contre les Maures tantôt adversaire — une mentalité caracterisée essentiellement par l'esprit guerrier, le goût de l'aventure et du risque, la ténacité opiniâtre, un idéal chevaleresque et patriotique, des croyances religieuses profondément enracinées et passionnément professées.[28]

A idealização de um tal conjunto de qualidades entre os portugueses dos fins da Idade Média foi grata aos escritores românticos. De uma maneira geral, essas qualidades caracterizaram o castelhano da Reconquista pertencente ao núcleo de resistência ao invasor. O português, cosmopolita por

[26] Alexandre Herculano. *História de Portugal*. Lisboa. Apud Gilberto Freyre, op. cit., nota 48 do cap. III.

[27] Gilberto Freyre, op. cit., p. 380-01.

[28] René Gonnard, op. cit., p. 26.

formação histórica, amaciado pelos contatos de culturas, tolerante por tradição com os mouros e judeus, portador de um cristianismo sem arestas, voltado desde cedo para o comércio — em nada corresponde àquele retrato à El Greco, tão do gosto de historiadores do último século. Tanto o espírito guerreiro quanto as crenças religiosas "passionnément professées", levaram-nos para Portugal os cruzados que vieram a dirigir a Reconquista. Esses elementos não participaram da experiência de intercurso cultural que tinha vivido a massa moçárabe que constituiu o lastro da população do Reino. No entanto, como já observamos, foi essa massa que decidiu o destino histórico do país.

A ociosidade forçada da classe senhorial estaria igualmente na origem do expansionismo português.

> Dans l'ensemble, pour les hidalgos d'Espagne et pour leurs frères du Portugal le travail avait alors quelque chose d'avilissant [...]. A une telle mentalité devait convenir la recherche de l'enrichissement par la conquête et la découverte, celle de l'acquisition réalisée au prix d'un effort énergique et périlleux, mais rapide, sans labeur patient; ou, s'il fallait choisir parmi les procédés économiques permettant d'accéder à la richesse, plutôt par le grand commerce, aux profits aléatoires, mais énormes et prestigieux, ennoblis par l'audace des initiatives, par les dangers courus — que par les tâches quotidiennes et obscures de l'agriculture ou de l'industrie.[29]

A decadência da classe senhorial portuguesa parece ter se iniciado muito cedo. Essa classe se fundava na exploração da terra e tudo indica que os senhores de pequenas propriedades cedo se viram em dificuldades e foram absorvidos pelos latifúndios. As condições em que era praticada a agricultura exigiam recursos de técnica e de braços que só os grandes senhores tinham à sua disposição. As sesmarias de D. Fernando contra os latifúndios, no século XIV, são um sintoma significativo. Esses fidalgos empobrecidos procuraram uma profissão qualquer para viver, e, tendo emigrado para as cidades, certamente foram os primeiros a se colocar a reboque da burguesia em ascensão. Gilberto Freyre se refere a uma

> nobreza que começou a afluir para as cidades, para a corte principalmente, farejando empregos públicos em torno do rei e, mais tarde, nas possessões ultramarinas.[30]

Ainda na Idade Média, D. Dinis se refere a fidalgos entregues aos ofícios mais humildes:

> filhando mester de ferreiro ou de sapateiro ou d'alfaiate ou de cerieiro ou d'outro mester semelhavel a este porque careça, ou lavrando por seu preço em outro herdamento alheio.[31]

Tudo indica que a nobreza portuguesa se habilitou muito cedo a toda espécie de trabalho. Sua aliança com a burguesia foi, dessa forma, preparada pelas suas próprias condições de vida. A ociosidade parece ter sido um luxo pouco comum entre os nobres do primitivo Portugal.

O professor Gonnard atribui ao amor da audácia e do prestígio os fidalgos portugueses terem abandonado a agricultura pelo comércio, porém admite que "il fallait choisir parmi les procédés économiques permettant d'accéder à la ri-

[29] Idem, p. 26-7.

[30] Gilberto Freyre, op. cit., p. 385.

[31] Alberto Sampaio. *Estudos históricos e econômicos*. Apud Gilberto Freyre, op. cit., p. 387.

chesse". Donde se conclui que a nobreza lusitana se tenha deixado impregnar pelo espírito de ganho e pelo desejo de riqueza. A "audácia" e o "prestígio" não teriam sido mais que instrumentos a serviço desse espírito, através do qual a burguesia iria transformar todo o Reino — com o monarca à frente — em uma empresa comercial. Ninguém representa melhor essa incorporação da nobreza lusitana aos ideais da burguesia comercial que o príncipe D. Henrique. O Grande Navegador pôs todo o elã e toda a tenacidade dos antigos libertadores a serviço das grandes empresas de expansão que abririam meio mundo ao comércio lusitano. Segundo Gomes Eanes de Zurara, cronista da época, Henrique era alimentado na sua dedicação ao trabalho pelos seguintes motivos:

1. o desejo de saber o que havia mais além do cabo Bojador, além do qual começava então o desconhecido, e isso a serviço de Deus e do Rei;
2. a esperança de estabelecer com as populações a descobrir um tráfico vantajoso;
3. a procura de informações sobre a extensão do poderio dos mouros, eternos inimigos dos Estados hispânicos, "todo homem sábio sendo levado a desejar conhecer a força de seu inimigo";
4. o pensamento de que, além das regiões conhecidas, podia se encontrar algum reino cristão, tal como o do misterioso Preste João, que poderia se tornar um aliado contra os mouros;
5. enfim, a vontade de converter os indígenas dos países a descobrir.[32]

Exceção feita do desejo de proselitismo, universal em fins da Idade Média, nada nesse programa se afasta das medidas de segurança do Estado e do desejo de enriquecer o seu comércio. O próprio proselitismo seria posto a serviço do comércio através da escravidão. D. Henrique é um representante típico do novo espírito: um engenheiro como esses que só o mundo moderno conseguiu criar. Nada de improvisação, nada de heroísmo: estudo meticuloso do mundo exterior por meio do desenvolvimento da ciência náutica, aperfeiçoamento da técnica de construção naval, formação cuidadosa do pessoal a ser empregado. Seus cuidados iam até ao aproveitamento das terras descobertas: a ele se deveu a iniciativa da cultura da cana-de-açúcar nas ilhas de São Tomé e da Madeira. D. Henrique procurava assim aplicar os recursos da inteligência à transformação do mundo, e isso com fins utilitários.

Fazendo essas afirmações, não diminuímos a grandeza desse homem; pelo contrário, a enaltecemos. Não o identificamos com o espírito de uma época que então desaparecia; mostramos nele o homem moderno que utiliza os recursos de sua inteligência para conhecer o mundo e assim melhor dominá-lo. Grandes que tenham sido suas virtudes morais, no cientista é que temos de buscar a chave para explicar a fecundidade de sua obra. Não foi na qualidade de nobre que D. Henrique se fez navegador, e sim como representante das idéias que haviam constituído a nova dinastia e que emanavam da classe comercial.

[32] Citado por René Gonnard, op. cit.

III
A EXPANSÃO COMERCIAL

A rota para o Oriente

A expansão portuguesa se inicia em 1415 com a conquista de Ceuta. Todo o século XV está marcado por uma série de grandes empreendimentos marítimos, que são coroados pela descoberta da rota meridional das Índias. A ilha da Madeira é avistada em 1419, os Açores, em 1431, e três anos depois o navegador Gil Eanes abre a rota para o sul, transpondo o legendário cabo Bojador. A descoberta de ouro na costa africana (região do rio do Ouro) intensificou a cobiça dos portugueses, que logo obtiveram do papa Eugênio IV a propriedade de todas as terras ocupadas por seus navegadores. O Senegal é abordado em 1445, a Serra Leoa, um ano depois, as ilhas de Cabo Verde são descobertas em 1456, e o Equador é transposto em 1471. Às expedições seguiram de perto as relações comerciais e a compra de escravos.

> Vers 1462, le commerce de la Guinée était déjà courant entre les nôtres et les habitants de ces régions, et ils s'entendaient pour ces choses en paix et avec amour,

relata um cronista.[33]

[33] *Extraits des Chroniques Portugaises*, colligées et publiées par Virginia de Castro e Almeida, Paris, s.d., t. II, p. 102.

Ce commerce avec la Guinée fut affermé par le roi Affonso en 1469 pour 200.000 réis par an à un citoyen de Lisbonne, qui s'engageait de plus à découvrir chaque année cent lieux de nouvelles terres le long des côtes. Ainsi la colonisation et le commerce nourrissaient les explorations.[34]

Com as viagens de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, os portugueses franquearam o extremo sul do continente africano e aportaram às Índias. Estava realizado o sonho dos monarcas lusitanos, estava o pequeno Reino de posse de um tesouro incalculável: o comércio das especiarias do Oriente.

Não nos deteremos nas façanhas dos conquistadores lusitanos no Oriente. Não é o heroísmo épico dos Gamas e dos Albuquerques que nos preocupa aqui. Interessa-nos apenas o sentido geral do grande acontecimento que foram as expedições e o comércio das Índias. É sobre esse fundo que iremos fixar a empresa colonizadora de Portugal na América.

A expansão comercial de Portugal no Oriente dificilmente pode ser considerada como fenômeno de colonização. Os portugueses se dirigiam para o oriente asiático como comerciantes, e não como colonizadores. Os seus reduzidos recursos em homens e material não lhes permitiam ultrapassar os limites das relações comerciais. Na qualidade de comerciante é que Vasco da Gama foi recebido em Calicute pelo samorim. Ainda como comerciantes é que os portugueses encontrariam a oposição dos mercadores árabes, que monopolizavam o comércio do Oriente com a Europa. Referindo-se a esse ponto diz Leroy-Beaulieu:

Le but de la colonisation portugaise, c'était la possession, non des Indes elles-mêmes mais du commerce des Indes

[34] René Gonnard, op. cit., p. 49.

[. . .]. Toute l'administration portugaise se ramenait à ces deux points: s'assurer le commerce de l'Orient et le rendre aussi productif que possible.[35]

A dificuldade de desenvolver um comércio pacífico e o desejo de lucros extraordinários induziram os portugueses a agir militarmente, e muitas vezes a transformar as relações comerciais em pirataria. Para se assegurar esse comércio, os lusitanos se firmaram em alguns pontos-chave que vieram a formar uma cadeia de feitorias com guarnições permanentes se estendendo por todo o sul da Ásia, do mar Vermelho à China.

Pode-se falar de colonização?

Pode-se falar de colonização portuguesa na Ásia? A colonização é um contato de povos, mas nem todo contato de povos é colonização.

Analisons leurs élements constitutifs pour dire à quelles conditions on peut parler de colonisation. Pour qu'il y ait pénétration ou communication des peuples, il faut premièrement que soit réalisée *l'émigration* des hommes; il faut secondement que soit realisée une domination des pays neufs, ou une sujection des peuples neufs. L'émigration sans la domination n'est point la colonisation, ni non plus ne l'est la domination sans l'émigration [. . .]. S'il n'y a que domination, c'est l'annexion ou l'expansion, mais non l'occupation, l'exploitation et l'administration qui sont, en droit, la colonisation.[36]

[35] Paul Leroy-Beaulieu. *De la colonisation chez les peuples modernes*, Paris, 1891, p. 43.

[35] René Maunier. *Sociologie coloniale*. Paris, 1932, p. 21.

A atuação portuguesa no Oriente variou entre simples contato comercial e a dominação militar. Faltou-lhe sempre o elemento fundamental da colonização, que é a emigração. Os poucos milhares de soldados e mercadores que Portugal enviou às feitorias orientais não chegaram a constituir um núcleo bastante denso capaz de ser caracterizado como colônia. Esses elementos destinavam-se estritamente a firmar o *imperium* do rei de Portugal, condição *sine qua non* do comércio monopolista que praticavam os lusitanos.

Os portugueses entraram em contato no Oriente — Pérsia, Índia e China — com povos portadores de culturas de grau superior. Os cronistas da época testemunham a admiração que as coisas do Oriente despertavam nos aventureiros portugueses. Em um tal caso, seria tecnicamente falso falar de colonização.

> On appelle *colonie* un pays neuf, c'est-à-dire, un pays non encore exploité selon nos modes d'industrie.[37]

Ora, os portugueses entraram em contato com países de velhas civilizações, materialmente muito mais bem equipados do que os adventícios ocidentais. A colonização implica, ademais, a exportação de bens, que é um complemento natural da emigração. Mais uma vez consultemos o mestre na matéria, René Maunier:

> Il faut que les colons apportent avec eux ou obtiennent plus tard ces "capitaux", moyens de production, moyens d'exploitation, sans quoi l'occupation, ou militaire ou pacifique, ce serait achevée en une exploitation [...]. Il n'y a point de colonisation lorsque des dépourvus, des vagabonds, s'en vont aux colonies pour y mener une existence primitive; ainsi ces boucaniers, ces flibustiers qui n'ont rien su fonder, et qui n'ont donc été que des introducteurs, mais non pas même des préparateurs.[38]

A ação dos portugueses no Oriente, quando ultrapassou os limites do simples contato comercial, assumiu a forma de dominação *manu militari* de entrepostos comerciais, tais como Ormuz, Goa e Málaca. Essa dominação era efetuada com reduzido número de homens e, em parte, graças às dissensões entre os príncipes orientais, nada dispostos às campanhas guerreiras. Nos tempos decisivos da conquista do comércio das Índias, Portugal não enviara anualmente mais que mil homens para suas feitorias.

O objetivo central das expedições orientais era a conquista do comércio das especiarias, e não a formação de um império colonial. A conquista política que, com Afonso de Albuquerque, pareceu assumir o primeiro plano, foi uma resultante ocasional da expansão do comércio. Leroy-Beaulieu já havia percebido isso claramente quando disse:

> Ce ne furent pas des véritables colonies dans le sens étroit du mot, c'est-à-dire des établissements territoriaux destinés à être peuplés par les habitants de la métropole, ce fut une chaîne de comptoirs et de points de ravitaillement défendus par des forteresses, qui constitua les célèbres possessions portugaises.[39]

O comércio do Oriente

O elemento mais importante do comércio português no Oriente era a pimenta da Índia, considerada a mais rica es-

[37] Ibidem, p. 19.

[38] Ibidem, p. 26-7.

[40] A. Kammerer. *Les guerres du poivre*. Paris, 1936.

peciaria da época. Essa mercadoria alcançava no mercado da Antuérpia acima de vinte vezes o seu custo no país de origem. Esse preço era mantido pela organização monopolista que implantara o próprio monarca português, empresário-chefe das grandes expedições. É sabido que cada grande expedição pagava várias vezes o seu custo, computada a perda freqüente de várias naus. O desgaste em homens, elemento escasso no Reino, era extraordinário, dadas as miseráveis condições de insalubridade das pesadas naus lusitanas.

Desde as Cruzadas se desenvolvera na Europa o gosto extremado por certos produtos do Oriente, aos quais se aplicava o nome geral de *épices*:

> On comptait sous ce nom un très grand nombre de denrées: poivre, cannelle, muscade, safran, cumin, curcuma, garingal, gingembre, anis, fenouil, carvi, cubèbe, sumac, girofle, et aussi café, cacao, pistaches, dattes, citron, bergamotte, thé, fleurs d'oranges et de grenadier etc.[40]

As relações comerciais no Oriente estavam bastante desenvolvidas quando os portugueses lá chegaram com suas naus. Constituíam objeto desse comércio os metais preciosos, certos metais vis como o ferro, o chumbo e o estanho, os tecidos de ouro e de prata e as sedas da Pérsia e de Bengala, as porcelanas da China, as pérolas da Pérsia, os perfumes da Arábia, as lacas e vernizes, o âmbar, o marfim, a açúcar etc. O mar das Índias era cruzado por navios que ligavam os portos da Pérsia à China e ao Japão. Um observador da época relata que, em Ormuz,

> la ville la plus brillante et la plus agréable de l'Orient [. . .], les affaires étaient traitées avec une politesse et des égards peu connus dans les autres places de commerce.[41]

Quando os portugueses chegaram às Índias uma parte desse comércio já se dirigia para a Europa, por intermédio dos mercadores árabes. O seu primeiro trabalho foi eliminar essa forma de concorrência, o que conseguiram tomando posse de uma cadeia de posições-chave do mar Vermelho à China. As suas naus levavam para o Oriente uma série de produtos da Itália, da Espanha, da Flandres e de Portugal mesmo, particularmente tecidos, sedas, veludos, os panos, os cobres, os vidros e gêneros agrícolas. O comércio entre o Ocidente e o Oriente estava nas mãos desse punhado de lusitanos que uma ou duas vezes por ano atravessavam os mares nas suas naus grandes de 1.600 toneladas com setecentos homens de equipagem e várias dezenas de canhões.

> Aucun peuple, aucun particulier ne naviguait et ne faisait le commerce sans leur aveu et leur passeport.[42]

A revenda na Europa de certos produtos era estritamente controlada. A distribuição da pimenta estava centralizada na Casa da Índia, a fim de que o excesso de oferta não viesse a ocasionar a baixa do preço.

Um comércio assim fundado sobre um sistema de privilégios, se por um lado determinou o rápido enriquecimento do país, por outro era uma organização demasiadamente frágil para resistir à ação do tempo. Um grande acúmulo de riqueza nas mãos de um reduzido grupo provocou um crescente desequilíbrio interno no país. Cresceu extraordinariamente o número de escravos, de domésticos, de vagabundos, de toda

[39] Paul Leroy-Beaulieu, op. cit., p. 42.

[40] A. Kammerer. *Les guerres du poivre*. Paris, 1936.

[41] Raynal. *Histoire des deux Indes* (1775), t. I, p. 103.

[42] Ibidem, p. 122.

espécie de elemento improdutivo. Agravou-se a decadência da agricultura com o abandono dos campos. Com a emigração dos homens, avultou nas cidades o número de mulheres e crianças abandonadas. Nas classes elevadas, o afluxo de riqueza provocou um desejo extremado de ganho, acompanhado de uma corrupção geral. Nas Índias, os comandantes de expedição se entregavam à pirataria aberta, e dentro do Reino outras formas de corrupção dilapidavam o erário real.

Fundado sobre bases tão precárias, o comércio português permaneceu estagnado, decaindo a indústria de construções navais e os meios de transporte em geral. Portugal, como intermediário no comércio entre a Europa e o Oriente, tinha necessariamente de apresentar os recursos mais modernos no sistema de transportes marítimos. O excesso de facilidades resultantes do monopólio fez decair a indústria de construção naval *vis-à-vis* de outras nações européias. É comum encontrarem-se em cronistas lusitanos do século XVII críticas severas às naus então utilizadas: de construção precária, de madeira pouco resistente e muito insalubres. Essas críticas estão sempre acompanhadas de referências elogiosas às embarcações mais leves e mais rápidas que os holandeses haviam introduzido no comércio do Oriente.

Uma vez quebrado o monopólio de seu comércio, Portugal seria facilmente batido numa concorrência aberta, como de fato sucedeu no século XVII. Os vícios de seu sistema imperial o tinham de tal modo debilitado que não lhe foi possível oferecer nenhuma resistência ao seu primeiro concorrente: a Holanda.

Segunda Parte

A FORMAÇÃO DA COLÔNIA

ANEXO

TRADUÇÕES

1. CITAÇÕES DO CORPO DO LIVRO
(número da página e, em negrito,
o de referência da nota de rodapé)

Primeira Parte
II — OS FUNDAMENTOS SOCIAIS DA EXPANSÃO LUSITANA
(p. 21-39)

22-1. A partir do século VIII, a Europa ocidental viveu por trezentos anos isolada de toda terra em ultramar. Disso deveria resultar uma paralisação quase total do comércio; e [...] um desaparecimento quase completo da atividade industrial e da circulação monetária.

22-2. Tendo cessado a divisão do trabalho social que, em todas as sociedades avançadas, põe as cidades e os campos em relação de produção e de consumo recíprocas, ocorreu que, daí em diante, a população agrícola só produziu para suas próprias necessidades.

24-5. [...]. Nessa sociedade agrícola, em que os capitais dormem, um grupo de pessoas fora-da-lei, de vagabundos, de miseráveis forneceu os primeiros artesãos da nova fortuna, separada do solo. Tendo ganhado, eles querem ganhar mais. Não existe o espírito de lucro na sociedade estabelecida.

25-6. As grandes estradas [...] são as artérias ao longo das quais corre o dinheiro, o mais destrutivo solvente do poder senhorial.